

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

CURSO DE SOCIOLOGIA

A ESCOLA DE OLARIA DE NISA

O Contributo Sociológico numa Experiência - Piloto de Apoio à Comunidade

TRABALHO DE FIM DE CURSO

REALIZADO POR:

*Maria de Fátima Barata Branco*

ÉVORA

1986

COTA 745 / 745 / Bea  
NOCLEO ARTESANATO  
REGISTO 425 / E. J. C. S.  
BIBLIOTECA MUNICIPAL  
DE NISA



#### AGRADECIMENTOS

Sem o contributo valioso da Câmara Municipal de Nisa, não teria sido possível a elaboração do presente trabalho. Todavia, devo essencialmente ao Mestre-oleiro José Lopes a extraordinária oventura de um percurso em que as fronteiras da arte, do sonho e da imaginação se tocam com a vida, a realidade e a frustração.

## ESQUEMA DO TRABALHO

INTRODUÇÃO

Capítulo I - A VILA

- a) Enquadramento histórico-geográfico e breve caracterização social
- b) A actividade artesanal
- c) A olaria em Nisa

Capítulo II - O PROJECTO E A ACÇÃO

Capítulo III - A TEORIA

REMATE

Bibliografia

Anexos

Índice

## INTRODUÇÃO

A ideia de realizar um trabalho na Câmara Municipal de Nisa (Escola de Olaria) e tornar-se ele próprio objecto de dissertação final, adveio do facto de considerar que as Ciências Sociais em geral e a Sociologia em particular podem contribuir como instrumentos conceptuais de apoio tanto na definição dos objectivos a atingir, como na tomada de decisões em várias situações concretas da realidade social.

Encontrando-se o Autor empenhada na implementação do projecto quando a relatora se deslocou para Nisa para aí realizar o seu trabalho de Fim de Curso, logo o interesse em se envolver nesse projecto se manifestou por considerar que ia ao encontro daquilo que tinha projectado: servir-se de princípios teóricos adquiridos no decorrer do curso de Sociologia, acentuado pelo despertar para determinados problemas que o mesmo suscitou e através dum processo empírico, "ver" a Sociologia em movimento. Assim, servindo-se de alguns conceitos teóricos orientados para a acção pretendeu-se pôr a funcionar a Escola de Olaria de Nisa, participando assim no processo de organização duma actividade de interesse sócio-económico para a região, tendo em conta o meio envolvente na qual a mesma se circunscreve. Simultaneamente partiu-se do princípio de que a prática sociológica, geraria "normas", orientações e um "corpo teórico" de utilidade para acções semelhantes e futuras.

Para que o Desenvolvimento seja autêntico e verdadeiro, tem de resultar de um esforço colectivo, em que se torna cada vez mais necessário a intervenção de técnicos, no qual o Sociólogo tem também um papel útil e necessário.

O presente trabalho, tem assim como objectivo primordial demonstrar que a prática de campo gera princípios orientadores, que informam a



teoria da Sociologia Aplicada. É útil, necessário e importante que as Ciências Sociais possam dar o seu contributo para a resolução dos problemas concretos das populações, comunidades ou grupos.

O desenvolvimento local ou seja o processo de mudança deve seguir todavia alguns princípios básicos de que devemos salientar.

- a) A existência de vantagens, compreensíveis pelos receptores
- b) A introdução através dos canais adequados.
- c) A utilização de motivações existentes ou a criação de novas motivações.
- d) O acompanhamento pela via da formação e demonstração.
- e) A correspondência às necessidades sentidas pelas populações.

Foi nesta óptica que o presente estudo foi concebido e implementado.

A metodologia aplicada para que o trabalho se realizasse foi sobretudo a observação-participante, embora a pesquisa bibliográfica, a análise de documentos, entrevistas informais e a utilização de técnicas de comunicação, constituíssem também instrumentos privilegiados para atingir os fins pretendidos. Contudo, foi a observação-participante que permitiu um conhecimento mais profundo sobre a temática em causa, uma vez que durante sete meses a relatora se integrou como elemento da população, tomando parte activa no quotidiano, cinco dos quais desempenhando a função de coordenadora da Escola de Olaria (desde o seu início de funcionamento, 26 de Maio a 31 de Outubro).

A escolha da técnica utilizada (observação-participante) deveu-se sobretudo à natureza do trabalho. Exercer as funções de coordenação e de responsabilidade da acção durante esse período, o contacto directo e contínuo com os elementos da Escola e demais pessoal envolvido, constituiu um imperativo, possibilitando assim questionar determinadas práticas, ac-

tuar na resolução dos problemas surgidos, assim como na tomada de decisões.

Tentaremos ser o mais imparciais e objectivos possível no que se vai descrever, (o que não é fácil num trabalho desta índole que suscita envolvimento profundo). De facto, os elementos da Escola, viam o papel da relatora não como mera observadora do grupo, mas como um elemento participativo e responsável do mesmo, embora no início se observasse que pelo facto de estar presente, o comportamento do grupo se alterava, dificultando assim o trabalho que se pretendia realizar. Contudo o problema da aceitação ou não aceitação no grupo não chegou a ser real na medida em que ao participar na sua formação, automaticamente a coordenadora passou a ser considerada como membro do grupo, embora conscientes da posição e do papel de cada um dentro do mesmo.

Tanto na prática de campo como na organização e gestão do projecto em si, as dificuldades estiveram presentes e enumerá-las tornar-se-ia demasiado descritivo e monótono. Contudo convém referir aquelas mais revelantes e que de algum modo dificultaram a realização do mesmo.

- A novidade da acção aliada à falta de experiência de actuação neste domínio, ("A inovação é um desvio").

- O confronto com situações concretas da realidade social que levantam questões do tipo:

Que fazer? Como fazer? Quando fazer?

- O facto da acção ter o apoio e a responsabilidade duma instituição (Câmara Municipal de Nisa), limitando por vezes a liberdade de actuação dos sujeitos envolventes, (disfuncionalidade das instituições).



- Dificuldade de distancioção pelo facto de ser elemento activo da acção que constituiu objecto de trabalho.

O presente trabalho, resultado de uma prestação de serviços à Câmara Municipal de Nisa, decorreu de 1 de Abril a 31 de Outubro de 1986 e constituiu para a autora uma experiência a todos os títulos enriquecedora.

Após a presente nota introdutória, interessa referir como se encontra esquematizado e articulado o trabalho que se segue.

O Capítulo I - A Vila - aborda de maneira sucinta, as características essenciais do espaço físico do projecto, nas suas componentes histórico-geográfica, humana, demográfica e sócio-económica. Trata-se de dar uma imagem tão focada quanto possível, se bem que não exaustiva, do ambiente físico e humano onde a pesquisa e a acção se realizaram.

O Capítulo II - O Projecto e a Acção - refere um esquema de acção prática conducente ao desenvolvimento de uma iniciativa local de emprego e de defesa do património cultural concelhio. Dá-se notícia da concepção à implementação de uma escola de olaria vocacionada essencialmente para a formação profissional de novos artesãos no concelho, como forma de dar continuidade a essa manifestação local.

- Foca-se ainda a problemática da actuação quotidiana no âmbito do projecto, tendo em consideração a perspectiva inovadora da prática sociológica.

O Capítulo III - A Teoria - dá relevo às resultantes naturais da prática empírica, no sentido de fornecer conteúdos ao processo de tomada de decisões, que informam as políticas de desenvolvimento local.

No Capítulo final - Remate - dá-se ênfase à laia de considerações conclusivas às principais questões que ao longo do trabalho funcionaram como pontos de referência e "descobertas".

## CAPÍTULO I

## A VILA

a) Enquadramento histórico-geográfico e  
breve caracterização social

A existência de monumentos e de objectos diversos, tais como pontes, lápides, dólmens, machados de sílex, provam que a região de Nisa foi habitada desde os tempos mais remotos por diferentes povos que aí se fixaram.

A 3 Km da vila de Nisa, situa-se numa pequena elevação, a capela de Nossa Senhora da Graça, onde anualmente, na 2ª. feira de Páscoa é lugar de festa para os Nisenses e demais pessoas do Concelho. Segundo a crença popular, antes da actual vila de Nisa, existiu aí uma outra que terá sido destruída por D. Sancho II quando da guerra com seu irmão D. Dinis, actualmente designada por Nisa-a-Velha.

" Construíram Nisa-a-Velha  
Junto à Senhora da Graça  
Seria primeiro um castro?  
De que povos? De que raça? " (1)

Contudo, não existe hoje verdadeiramente nada que nos esclareça sobre a origem remota de Nisa-a-Velha, despida por completo das roupagens encantadoras da lenda e do valor duvidoso das suposições.

(1) - Maria de Lurdes Seabra de Mascarenhas Paralta, Memorial em verso da notável vila de Nisa, sua história, gentes, usos e costumes, Nisa, 1982, pág. 12.

Conta o povo que não permitindo a rei que seu irmão fortificasse Castelo de Vide, este continuou as obras já iniciadas. Prevendo a reacção do monarca, D. Sancho I recolheu-se em Portalegre, onde pensava resistir, enquanto pedia auxílio em armas e mantimentos às povoações mais próximas.

Perante a recusa dos Nisorras, então fiéis ao rei, Afonso Sanches, enfurecido, marcha sobre Nisa e tom-a de assalto. Depois de arrasada, in cendeia-a. A luta termina e D. Dinis vence, isto em 1242. Como reconhecimento de lealdade aos Nisenses, a rei mandou construir uma nova povoação numa região plana e fértil, mandando amuralhar essa área. É então que nasce Nisa-a-Nova.

" O rei por humanidade,  
Ao ver tal devastação,  
Pensou: tanta lealdade  
Merece compensação. " (2)

Nisa é a vila concelhia mais nortenha do Distrito de Portalegre, sen do limitada a Noroeste pelo rio Tejo que coincide com o limite natural da Província e a Nordeste pelo rio Sever, o qual além de ser um limite natural de Província, é também uma separação natural entre Portugal e Espanha.

(2) - Op. cit., pág. 14.

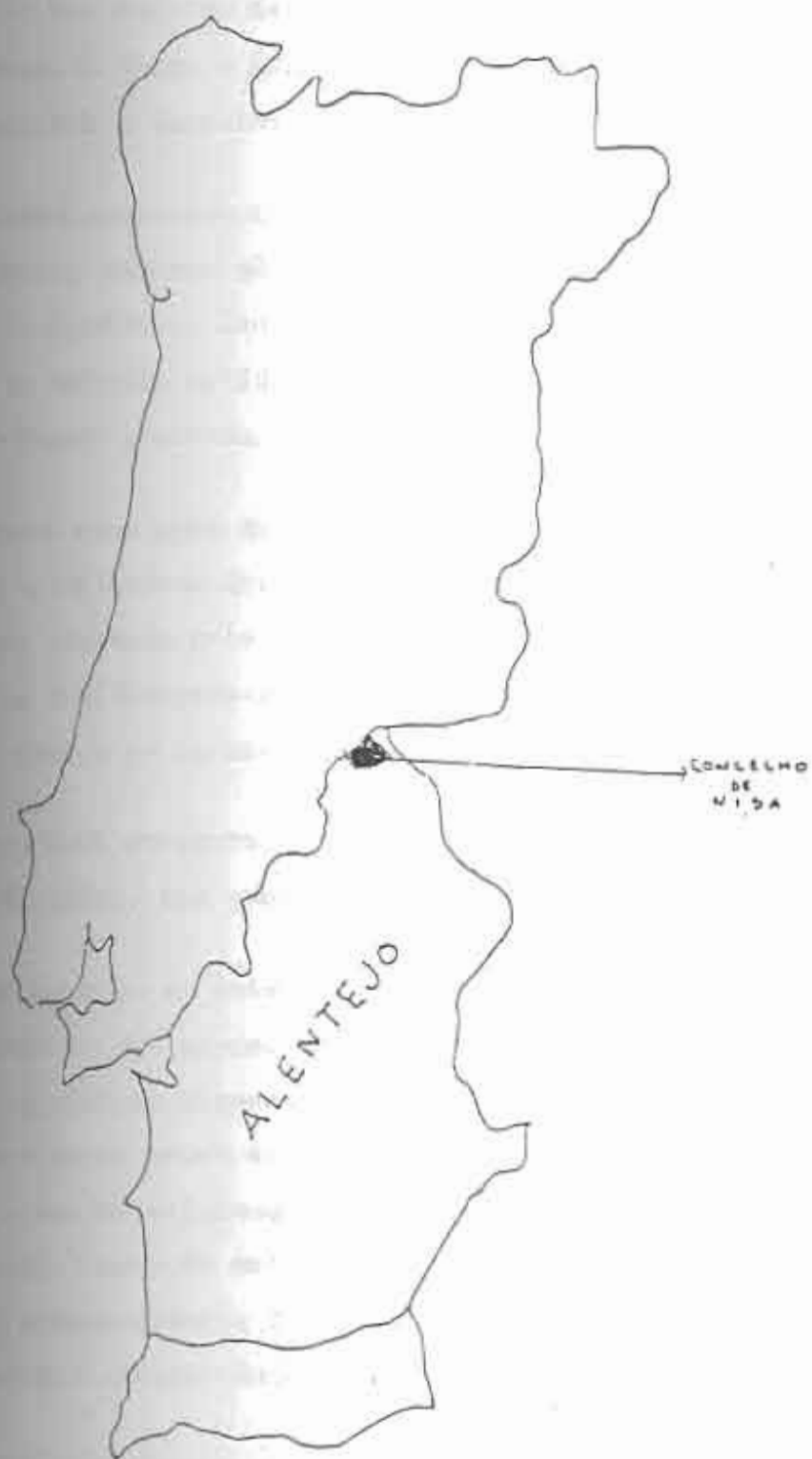


FIG. 1 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO CONCELHO DE NISA

A Vila tem uma área de 12.472 ha, distribuídos por duas freguesias: Nossa Senhora da Graça e Espírito Santo (3.788 ha e 8.734 ha, respectivamente), ocupando o Concelho uma área de 57.390 ha.

O clima é temperado continental, com características mediterrânicas, as temperaturas máximas são superiores a 25°C e as mínimas chegam a atingir valores negativos. Sendo uma zona de planaltos semi-graníticos, origina solos de reduzida aptidão agrícola, cuja capacidade de retenção das águas é bastante limitada.

Inserido numa zona de transição, o carácter e identidade cultural da mesma não é facilmente distinto, pois apresenta traços da personalidade alentejana, dominada pela planície, assim como traços da cultura serrana das Beiras, manifestando-se tanto no traje, na fala, ou ainda na sua maneira de estar e se comportar.

A população presente em 1981, nas 10 freguesias do Concelho, era de 10.390 habitantes, dos quais 3.689 residiam na vila. (3)

Como Concelho do interior que é, possui as características e os problemas próprios dos concelhos do interior, como sejam: uma economia baseada numa agricultura elementar, fundada em esquemas fundiários pouco racionais, tecnologias pouco sofisticadas, com fracos rendimentos para as populações, o que tem originado um progressivo despovoamento (4); forte taxa de emigração (cerca de metade da população emigrada), tanto interna como externa, criando grandes dificuldades ao seu potencial humano, devido essencialmente à incapacidade da zona para criar empregos atraentes.

Este último factor aliado a baixos níveis de fertilidade e mortalidade tem levado a um envelhecimento da população do Concelho, como se pode

(3) - XI Recenseamento Geral da população, 1981, I.N.E., Lisboa (Dados Provisórios).

(4) - Convém aqui lembrar que o concelho de Nisa possui uma importante indústria de granitos, fundada em 1984, já atingiu em 1985 um elevado número de exportações. É também no referido concelho que se situa o maior filão de urânio da Europa, ainda por explorar, devido à falta de um Plano Energético Nacional.

verificar pelo quadro que se segue:

QUADRO 1

Estruturas etárias da população do concelho  
de Nisa, em 1950, 1960, 1970, 1981 (%)

Grupos Etários	1950	1960	1970	1981
0-19	36,1	31,2	25,2	22,2
20-59	51,0	53,1	52,0	51,4
+ 60	12,9	15,7	22,8	26,4

Fonte: Censos da população portuguesa dos  
anos indicados.

I.N.E., Lisboa

Assim o grupo etário dos 0-9 anos perdeu peso entre os períodos de 1950-1981, enquanto que no mesmo período o grupo etário dos 60+ ganhou peso.

Este envelhecimento é sobretudo importante naqueles sectores que apresentam uma menor dinâmica técnica e económica (agricultura), assim como naqueles em que predominam as pequenas empresas de carácter frequentemente familiar (construção e comércio).

Verifica-se o peso maioritário da população activa na agricultura, embora se constataste uma ligeira redução relativamente ao último decénio, correspondendo, em contrapartida, a um aumento absoluto do número de postos de trabalho nos sectores industrial e de serviços, se bem que a indústria absorva uma menor percentagem de emprego. (5)

A taxa de actividade masculina sofreu uma queda acentuada no período de 1960/1980, ao passo que a feminina, em igual período, registou um significativo aumento (resultante do efeito selectivo da emigração), como é visível no quadro seguinte:

#### QUADRO 2

Evolução das taxas de actividade no período  
1960/1980 no concelho de Nisa (%)

1960			1980		
HM	H	M	HM	H	M
38,7	73,1	6,2	39,2	68,1	11,7

Fonte : Centro Regional do Emprego.

(5) - Projecto de Desenvolvimento Regional - Distrito de Portalegre, caracterização genérica.



A nível global (H/M) e em relação a novos pedidos de emprego, a agricultura surge como aquela que tem gerado maiores níveis de desemprego, devido essencialmente à fraca rentabilidade da mesma. A grande preferência orienta-se para a profissão de empregado de escritório, o que está relacionado com as saídas do sistema formal de ensino.

O desemprego é, normalmente, absorvido pela Câmara Municipal (trabalhadores eventuais) e por situações de trabalho eventual na construção civil.

#### b) Actividade artesanal

No concelho de Nisa o artesanato é um fenómeno extremamente importante dada as suas características e dimensão. Da sua população activa (3.800 cerca de 300 dedicam-se regular ou irregularmente ao artesanato, estando inventariados dezanove tipos, cinco dos quais com características únicas, como sejam: os trabalhos de aplicação em feltro, os bordados, os alinhavados, os xailes de pêlo de cobra, a olaria pedrada, constituindo esta última arte verdadeiro "ex-libris" do concelho.

Apenas na Vila o artesanato tem sido alvo de atenção e consequente desenvolvimento, por parte das entidades responsáveis contribuindo para tal facto de:

- Nisa ser sede de concelho;
- Haver maior concentração da população;
- Constituir pólo de atracção e desenvolvimento;
- O desenvolvimento ter vindo a processar-se do centro para a periferia;
- A população do concelho estar envelhecida e dispersa e como tal dificultar a viabilidade e progresso das actividades artesanais.

Após um levantamento efectuado em Abril e Maio do corrente ano sobre o artesanato no Concelho, verificou-se que era na vila que se encontrava concentrado o maior número de artesãos, principalmente do sexo feminino. As suas idades variavam entre os 15 e os 75 anos, mas com predominância do escalão etário dos 20-30 anos. Tal constatação tem como contributo explicativo o facto de:

- 1º. Ser predominante o artesanato têxtil e de execução feminina (trabalhos de aplicação em feltro, alinhavados, frioleiras, rendas de bilros).
- 2º. A tradição existente na vila, em que as raparigas logo desde crianças iam e vão para a "mestra do Asilo" aprender a bordar, iniciando aí a sua aprendizagem na feitura do seu próprio enxoval.

" Ó raparigas de Nisa  
 As vossas mãos valem ouro  
 Quem com vocês casar  
 Leva consigo um tesouro.

(...)

Vocês fazem obras primas  
 Lindos cobertores bordados,  
 Bonitas rendas de bilros  
 E os célebres alinhavados.

(...)

(...)

Bordam, lenços, chailes, centros  
 É saias para camila  
 Em pequeninas aprendem  
 Na mestra a fazer pontilha" (6)

39. Com a saída do sistema de ensino ( a maioria das artesãs possui a 4ª. classe) e a ausência de perspectivas de emprego no Concelho, as raparigas integram-se em grupos de trabalho artesanal já existentes, ou formam novos grupos, para executarem e venderem os seus trabalhos.

Existem na Vila 7 grupos de mulheres com uma média de 14 elementos que trabalham diariamente no artesanato têxtil, não contando com aquelas que trabalham individualmente em casa.

O esquema de organização de alguns desses grupos tem determinadas particularidades que é interessante salientar, como é por exemplo o grupo de mulheres da Casa Paroquial em que o espírito de grupo só se faz sentir quando se defrontam em determinadas situações com outros grupos (concorrência, reputação, etc.). Tirando essas situações, o espírito individualista é patente, manifestando-se tanto na situação da compra da matéria-prima, passando pela execução dos trabalhos, assim como da sua comercialização.

A entrada no grupo, contudo, dá-se espontaneamente, ficando a responsabilidade dos novos elementos a compra, execução e venda dos trabalhos.

(6) - Maria de Lurdes Seabra de Mascarenhas Paralta, op.cit., pág. 150.

As mais novas solicitam às mais antigas do grupo a sua colaboração no esclarecimento e ensinamento de pormenores, na feitura dos trabalhos.

Colocando-se ao grupo em referência a questão do associativismo, a reacção foi negativamente manifestada, justificando-se: - "Assim nenhuma tem que dar conta às outras daquilo que faz. Se num dia não vem, é problema dela, e o grupo não é afectado por isso. Sempre foi assim e sempre nos demos bem."

O depoimento acima transcrito levanta questões que exprimem uma determinada forma de ser e de estar, características da personalidade rural concelhia:

- Resistência à mudança (embora consciente);
- Insegurança em relação ao futuro;
- Conservadorismo;
- Individualismo;
- Apego à tradição;
- Acomodação.

Nos outros círculos artesanais a situação assume características diferentes da anterior, na medida em que a relação de trabalho é do tipo empregador/empregado. Existe divisão de funções nos mesmos. Um desenha, outro corta, outros fazem o bordado, embora quando da entrada no grupo a experiência artesanal de cada uma determine a colocação nesta ou naquela função, visto o desempenho das tarefas estar relacionado com a dificuldade, perfeição e experiência de cada uma.

### c) A Olaria em Nisa

A olaria é no concelho de Nisa, uma tradição muito antiga, provavelmente impulsionada e favorecida desde o séc. XIV pela Ordem de Cristo, com sede no Crato, de que Nisa dependia administrativamente. (7)

A olaria de Nisa caracteriza-se pelos empedrados aplicados em sulcos que rasgam o barro, com organização decorativa bem planeada e executada, baseada, essencialmente, na flora e fauna regional. Todo esse trabalho é feito por raparigas e mulheres, sob a coordenação da mulher do mestre oleiro, tendo este a seu cargo o trabalho de preparação, moldagem e cozedura do barro.

Tendo constituído a olaria elemento integrante do presente estudo, embora na óptica da reprodução social da mesma (Escola de Olaria), considerámos oportuno descrever numa forma sucinta o processo de produção e decoração da loiça, apenas para uma melhor compreensão de determinados termos e expressões utilizadas no capítulo seguinte (Projecto e Acção).

A pasta utilizada na olaria de Nisa é composta por três partes de barro: duas de branco e uma de barro preto, porque sendo este muito mole, necessita duma maior consistência que lhe é dada pelo branco, demasiado resistente para ser utilizado isoladamente. Estas três partes são transformadas numa pasta semi-líquida, ao adicionar-se-lhe água em quantidade equivalente à do barro, dentro dum tanque do "barreiro". (Ver figura 2).

Decorridas algumas horas, a pasta é passada por um crivo de arame para outro tanque, de modo a serem-lhe retiradas as impurezas que contém, permanecendo aí cerca de três dias, durante os quais é retirada frequentemente a água que vem à superfície plena de detritos em suspensão.

(7) - Solange Parvaux, La Ceramique Populaire du Haut-Alentejo, Paris, 1968 pág. 150.

Quando se vê que perdeu a humidade que tinha em excesso, o barro é retirado do "barreiro" em bocados e "aventa-se" (8) à parede de cimento que fica por cima do mesmo (Figura 2). Quando esses bocados caírem é sinal de que perderam a quantidade de água que tinham em excesso, encontrando-se então em condições de serem trabalhados. É a chamada "sezão do barro".

Seguidamente esses bocados de barro vão para cima da atoquina, ou seja a mesa onde a pasta vai ser sovada (bem amassada) e empelada - reduzida a "pélas" ou pedaços cilíndricos, que são as porções de pasta necessária para cada peça.

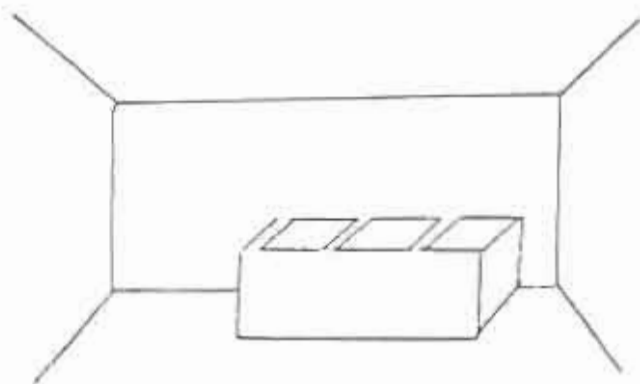
As "pélas", são colocadas sobre a Roda, que é movida com força exercida sobre a parte de baixo por um dos pés do oleiro.

Para auxiliar o oleiro está ao alcance da sua mão sobre a atoquina uma tigela com água barrenta com que regula a plasticidade do barro, e um bocado de barro no qual passa as mãos depois de molhadas.

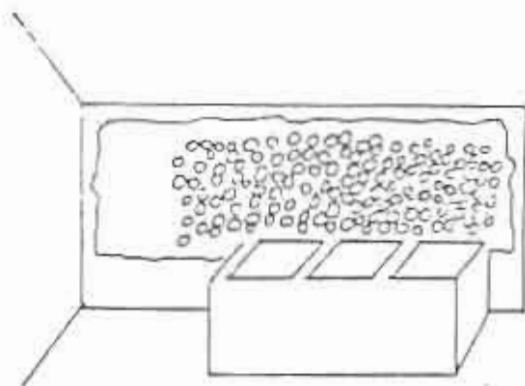
A cana e a aplanata, (figura 3) são instrumentos auxiliares no aperfeiçoamento e acabamento da peça que antes de ser retirada pelas mãos do oleiro é previamente separada da roda por uma linha presa a um pequeno pauzinho. Depois de ser colocada ao sol a endurecer ligeiramente, processa-se então o banho de barro vermelho também designado como o "tingir da loiça". Esse barro vermelho é dissolvido em água e cuidadosamente passado por uma peneira de seda, sendo a dissolução feita "a olho", com vista a obter uma tinta fina e ligeiramente compacta.

Seguidamente para que a absorção e adesão da tinta se processe, as peças são colocados alguns minutos ao sol, quando as condições atmosféri-

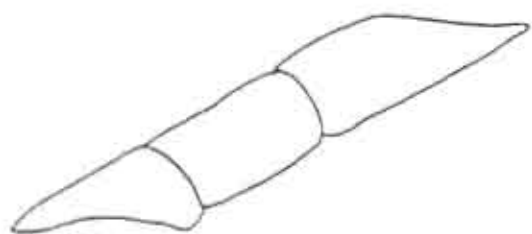
(8) - Expressão usada para designar a acção de atirar o barro à parede.



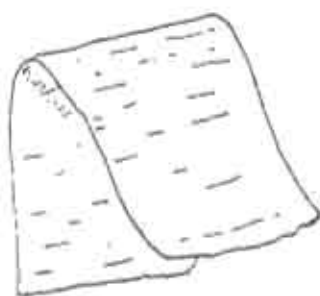
Barreiro



Aumentar o espaço e a parede



CANA



ARREUMA

FIG. 3 - INSTRUMENTOS AUXILIARES NO APERFEIÇOAMENTO DAS PEÇAS



cas o permitem, para então serem pedradas.

A pedra utilizada na ornamentação das peças é um Quartzo leitoso, intercalado nos Xistos das Beiras. Por ser um mineral duro e para facilitar a sua trituração e moagem é necessário cozê-lo; normalmente aproveitando o tempo de cozedura da loiça. Depois de arrefecido, procede-se à trituração com a ajuda dum paralelepípedo (trabalho extremamente duro e moroso, executado exclusivamente por mulheres), para depois ser joeirado com o fim de seleccionar o tamanho das pedrinhas. "(...) E tendo sido no período neolítico, uma tarefa exclusivamente de mulheres, são elas ainda e alguns utensílios femininos, que intervêm no seu acabamento e decoração." (9)

Depois de previamente desenhada a peça, as pequenas partículas deverão sempre ser colocadas com o vértice mais pontiagudo no barro, calcando-se com a unha do indicador, para ficarem melhor seguras e sem rugosidades.

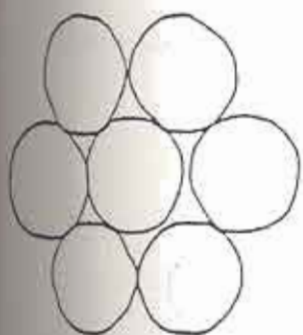
As peças têm a designação de 1ª., de 2ª., e de 3ª. ou grosso, conforme o diâmetro das pedras (fragmentos de quartzo), não tendo nada a ver com a qualidade do Barro.

"Pedrar é de todo o labor desta cerâmica, a tarefa mais delicada e paciente e aquela que lhe imprime um verdadeiro cunho artístico. É a tarefa que transforma uma peça tosca, numa pequena maravilha. A sua delicadeza e perfeição técnica verifica-se passando a mão sobre a superfície pedrada do vaso, sem conseguir encontrar maiores saliências ou falta de uniformidade (...)" (10)

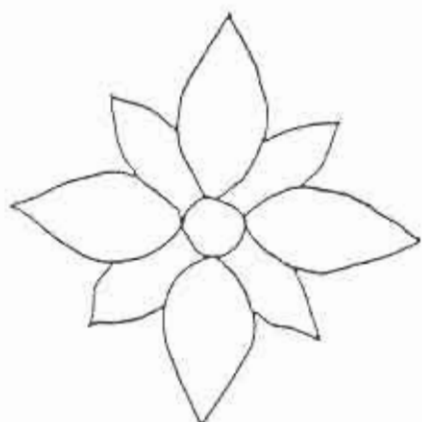
Os motivos normalmente tratados na decoração são formas estilizadas, colhidos da flora e fauna regional, podendo agrupar-se em três grupos diferentes: (Figuras 4 e 5)

(9) - Margarida Ribeiro, Cerâmica Popular de Nisa, Madrid, 1961, pág. 4.

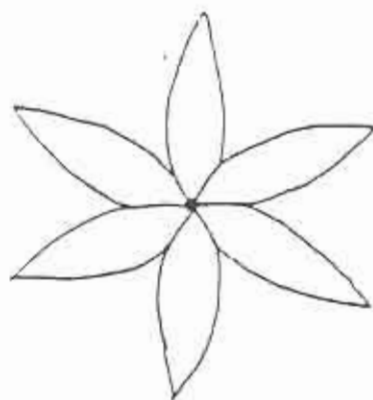
(10) - Ibidem, pág. 7.



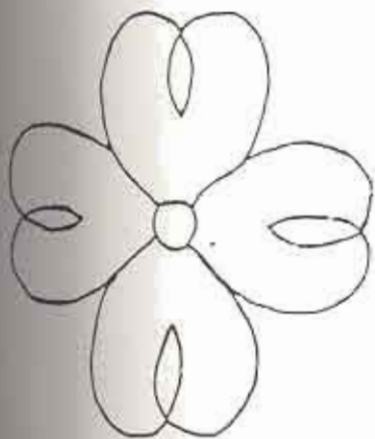
ROSA DOS DEZAS



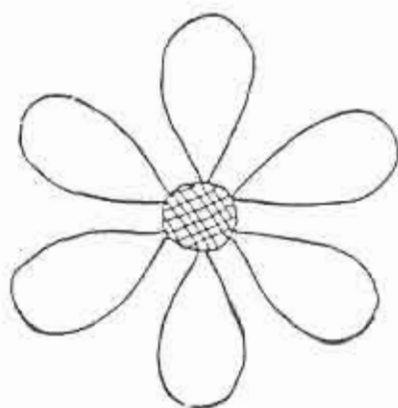
ROSA DOS OITO



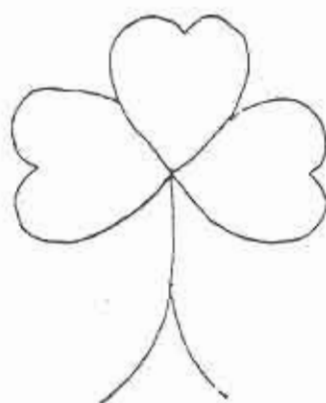
ROSA DAS ESTRELAS



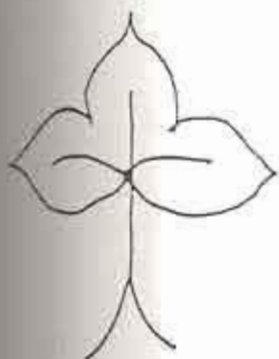
ROSA DOS CORAÇÕES



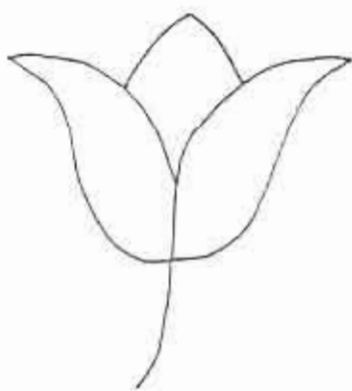
MANGUEIRA REDONDA



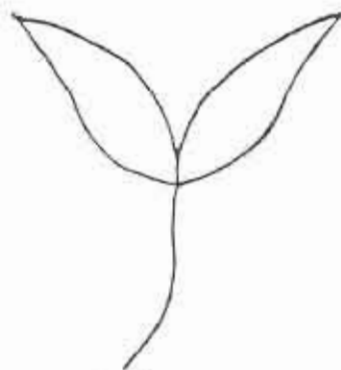
TREVO



LILAS



GENIO



VENTURA



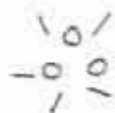
Cacho de uvas



folha



corno



snailha

Depois das peças perderem a verdura, encontram-se em condições para serem cozidas. É uma tarefa bastante delicada, pois é da cozedura que depende o êxito de todo o trabalho até aqui efectuado.

Na linguagem regional de Nisa os dois actos de cozedura são designados por "desquente" e "lavar a loiça". Para o "desquente", o oleiro utiliza lenha grossa, que por fazer uma chama baixa, liberta muito fumo que se aglomera dentro da câmara do forno, tornando as peças negras. Quando o fumo desaparecer e a cor do lume for vermelha ou alaranjada, significa que o forno está a uma temperatura próxima dos 800°C, começando então a fase seguinte - "o lavar da loiça".

Deita-se então ao lume lenha miúda que faz uma chama alta, sem aumentar a temperatura (se tal acontecesse, a loiça acabava por rebentar). Quando a chama rodear todas as peças e as lavar do negro produzido na primeira fase significa que a loiça está cozida, e vermelha como convém.

Passadas umas horas, depois do forno arrefecer, o oleiro desenforna, começando pelas peças que estão em cima, verificando logo pelo toque, se a loiça está intacta ou se está rachada ou mal cozida.

Há, contudo, diferenças em relação ao tipo de peças produzidas no Caxeiro (importante centro oleiro no início do século), sobretudo no tipo de barro utilizado, no empedramento e na clientela a que se dirige, embora todo o processo de produção e de cozedura seja praticamente igual ao descrito, apenas com as variações que lhe advêm das diferenças.

No Caxeiro, é utilizado apenas um tipo de barro: o vermelho, que, além de ser mais difícil de trabalhar, as peças partem-se com mais facilidade, tanto em verde, como durante a cozedura.

Segunda a opinião dos mestres oleiros, era com esse barro que se trabalhava quando as peças produzidas tinham uma função exclusivamente utilitária.

Sendo a loiça de Nisa, na sua origem, utilizada somente para conservar a água fresca (11) e dado o aumento nos últimos anos da procura de loiça com fins mais decorativos, os oleiros procuraram formas de suprimir esse acréscimo de trabalho e a possibilidade de as peças se partirem, começando a utilizar os dois tipos de barro - preto e branco -, com o banho final do vermelho, precisamente porque a coloração vermelha é uma das características que identifica a olaria Nisense, embora não exista nada escrito acerca dessa alteração.

Surge-nos então uma questão: - Porque é que no Caxeiro se utiliza ainda barro vermelho, e na sede do concelho, não?

A explicação parece-nos ser a seguinte: - O Caxeiro é uma aldeia isolada do concelho de Nisa, que dista da sede 8 Km, com uma população reduzida (20 pessoas) e extremamente envelhecida (média de idades  $\approx$  60 anos) vivendo a sua população da pensão da Casa do Povo e daquilo que o campo lhes dá. Não constituindo um ponto de passagem obrigatório, a chamada "invasão urbana" ainda lá não penetrou, encontrando-se praticamente fora dos circuitos comerciais, enquanto Nisa (vila), constituindo ponto de passagem obrigatório (para quem se desloca para a Beira vindo de Lisboa, ou vice-versa), começou já há algum tempo a ter um tipo de clientela em que a motivação da procura dum peça artesanal (olaria) está ligada a uma função simbólica e estética, ou seja, compra-se porque se pretende um "souvenir", ou adquire-se as mesmas por uma certa e determinada apreciação das formas. Inclusive, o pedrado de 1<sup>a</sup>, já é fruto de influências exteriores.

(11) - Não pode levar outros líquidos, como vinho, azeite, etc. pois o dito barro, devido às suas características, em contacto com líquidos ácidos sofre deterioração.

Segundo os actuais oleiros (Nisa), foi a partir da década de 60 que se começou por fazer esse tipo de pedrado, porque o cliente o introduziu - "Então se as pessoas pedem, a gente tem que lhes satisfazer o pedido, não vamos perder o negócio". Enquanto que no Coxheiro, pelas razões atrás expostas, ainda se continua a fazer, e só, o tipo de pedrado mais genuíno (grosso). A clientela dessa loiça é praticamente rural e local; compra-se um pote para ter água fresca em casa; compra-se um barril de ganhão, um cantil, ou uma cabaça, porque no campo faz calor e a água rareia. Inclusivê as peças são mais bojudas, mais toscas, precisamente porque há uma ligação do produto com o universo concreto. Cada peça que produz, o artista, pensa-a, executa-a em função dum espaço, duma utilização, dumas pessoas, dum comunidade bem definida, da qual o artista é parte.

Daqui depreendemos que são os compradores habituais desses produtos que determinam as características dos mesmos, pela função que lhe atribuem.

#### Situação da Olaria no Concelho - Nisa, Abril de 1986.

- Oficinas.....	3	(1 em Coxheiro)
- Fornos .....	3	(1 em Coxheiro)
- Rodas .....	5	(1 em Coxheiro)
- Mestres oleiros .....	3	(1 em Coxheiro)
- Média das idades .....	58	anos
- Menos de 50 anos .....	1	
- Aprendizés .....	0	
- Pedradeiras .....	8	(todas em Nisa)
- Tipo de loiça .....		Decorada, com empedrado, tosca

Em 1930 existiam cerca de 25 oleiros no concelho de Nisa, segundo a informação dum oleiro. Em 1986, Solange Parvoux regista 10. Em 1986 subsistem 3 oleiros no Concelho, dois dos quais a trabalhar esporadicamente, devido à sua idade avançada.

"O concelho de Nisa com grandes tradições na olaria, corre o risco de ver desaparecer aquela Arte por falta de continuadores. Em Nisa existe apenas uma olaria a funcionar de forma regular com um só artesão, outras duas oficinas a funcionar esporadicamente, têm cada uma um oleiro, mas ambas já idosos". (12)

Se aos aspectos de ordem cultural que se prendem com o assegurar da continuidade dessas manifestações locais, adicionarmos aspectos de ordem económica e social, como seja o aumento da produção e criação de novos empregos, a formação da escola de olaria local constituiu uma necessidade urgente. A mesma resultou de um projecto apresentado pelo Município de Nisa ao Instituto de Emprego e Formação Profissional que o apoiou "pela criação de mecanismos concretos de apoio à formação e criação de novos empregos". (13)

(12) - "Nisa, morte da olaria?", Emigrante - Voz de Portugal, nº. 279, Lisboa, 1985.

(13) - Projecto da Escola de Olaria de Nisa, Memória Justificativa, C.M.N., 1985.

## CAPÍTULO II

## O PROJECTO E A ACÇÃO

Ainda não há muitos anos que o recrutamento e aprendizagem de qualquer profissão estavam intensamente ligados ao sistema familiar. Era ele que determinava por herança a profissão dos indivíduos, a opção profissional era um luxo que não cabia no dicionário prático da vida. Artesão, por exemplo, era filho de artesão e aprendia de pequeno a arte familiar. Todo esse sistema foi alterado por múltiplos factores endógenos e exógenos, inclusive a família. Esta, embora continue a ser um importante centro formador e controlador da personalidade social, é também uma unidade social em profunda transição. Hoje, a sua influência vocacional directa é mais limitada, apesar de manter uma grande capacidade indirecta, de influir genericamente no tipo de profissão que se escolhe.

Por tais motivos, a subsistência da olaria, não está hoje exclusivamente nas famílias. A aprendizagem terá que ser um processo a realizar num âmbito diverso e mais vasto do que o estrito círculo familiar. (14) Para tal têm que se criar medidas e assegurar condições pedagógicas e vocacionais para possibilitar o acesso à aprendizagem e à profissão de oleiro.

É o que o programa integrado de Desenvolvimento Regional da zona Norte Alentejana (P.I.D.R./N.A.) prevê, ao propôr o desenvolvimento de projectos de formação profissional nas actividades artesanais mais representativas que, dadas as suas características e dimensão, permitem com facilidade a sua viabilidade económica, aproveitando, simultaneamente, matéria-prima local. Visa também a criação de postos de trabalho resultantes dessa formação, minorando, desse modo, o desemprego da região.

(14) - José Maria Cabral Ferreira, *Artesanato, Cultura e Desenvolvimento Regional*, Lisboa, 1983, pág. 84.



O projecto em causa refere-se à concepção, planeamento e implementação da Escola de Olaria em Nisa, vocacionada essencialmente para a formação profissional de novos artesãos, em virtude do progressivo desaparecimento dos oleiros, do envelhecimento dos que ainda subsistem e da não reprodução dos mesmos.

Os objectivos patentes na concepção do projecto foram essencialmente os de:

- 1º. Assegurar a perpetuação dessa arte local, numa forma viva e socialmente significativa, enquanto elementos representativos de uma dada cultura.
- 2º. Criação de novos empregos, reduzindo assim as margens de sub-emprego que afectam o sector, e à necessidade de fixar as camadas mais jovens através da criação de novos postos de trabalho.
- 3º. Atender à procura da olaria pedrada, actualmente sem capacidade de resposta.
- 4º. Formar novos oleiros.

"Trata-se de uma acção de formação fundamentalmente prática. Nessa linha, o aprendiz deverá passar de um modo faseado e devidamente acompanhado pelo seu monitor pelas diferentes fases que levam ao culminar da sua formação como mestre do barro, tais como:

- 1º. fase - Apanhar, misturar, coar e mexer o barro.

- 2ª. fase - Deitar o barro à parede para depois o tratar, amassar e enrolar.
- 3ª. fase - Acertar o barro para seguidamente aprender a abri-lo, endireitá-lo e puxá-lo.
- 4ª. fase - Feitura de pequenas peças de olaria.
- 5ª. fase - Feitura de todos os tipos de trabalhos e consequentemente aperfeiçoamento." (15)

5ª. Formar novas pedradeiras.

"Trata-se de uma acção de formação fundamentalmente prática. Nessa linha, a aprendiz deverá passar de um modo devidamente faseado e devidamente acompanhada pela sua monitora pelas diferentes fases que levam ao culminar da sua formação como mestra pedradeira, tais como:

- 1ª. fase - Esmigalhar e arranjar a pedra.
- 2ª. fase - Tingir e alisar a olaria.
- 3ª. fase - Escolher a pedra e pedrar.
- 4ª. fase - Riscar a olaria fresca (não cozida)" (16)

O projecto pressuponha a existência de:

- 1 - Instalações: moradia com quintal.
- 2 - Equipamentos: fornos, estufa, pia, roda.
- 3 - Material didáctico/pedagógico - documentação bibliográfica e fotográfica sobre a olaria pedrada de Nisa.
- 4 - Olaria fresca.

(15) - Projecto da Escola de Olaria de Nisa, Acções de Formação de Oleiros e Pedradeiras, C.M.N., 1985.

(16) - Ibidem.

5 - Estilete, linhas e quartzo cozido e esmigalhado.

As perspectivas para os participantes face ao emprego eram de:

- "Integração na vida activa
- Passagem a situação de efectivo
- Promoção profissional
- Acréscimo de remuneração." (17)

Preenchido um formulário com a estimativa dos custos da acção, o projecto foi entregue e aprovado pelo Fundo Social Europeu. Estavam, portanto, criadas à partida, as condições para a acção se concretizar.

Quando a relatora se deslocou a Nisa para aí realizar o seu trabalho de fim de curso, o projecto existia como ideia-força. A implementação ou concretização no terreno, teve lugar a 26 de Maio de 1986. No entanto, para que a Escola começasse a funcionar nessa data, houve, porém, toda uma fase preparatória, na qual a partir de Abril a relatora começou a intervir.

Embora o projecto entregue pressupusesse a existência de instalações em lugar próprio, o fim de que o ensino da olaria se efectuasse, na prática a questão assumiu características diferentes. A inexistência de instalações era uma realidade, e para que a implementação do projecto se concretizasse em finais de Maio, tornou-se necessário encontrar uma solução alternativa que suprimisse a deficiência do espaço.

Assim, a Escola de Olaria começou a funcionar provisoriamente nas três oficinas dos oleiros existentes no Concelho, sendo os aprendizes re-

(17) - Ibidem.

partidos pelas mesmas até que fossem criadas as condições físicas de funcionamento.

QUADRO 3

Espaço físico da Escola de Olaria (Provisório)

	Of. do Mestre Lopes	Of. do Mestre Piedade	Of. do Mestre Pequito
Localização	Caxeiro	Nisa	Nisa
Situação perante o trabalho	P/c própria	P/c própria	P/c própria
Nº. de pessoas a trabalhar	-	4	6
Forno	1	2	2
Rodas	1	1	2
Extracção do Barro	Próprio	C.M.N.	C.M.N.
Tempo de trabalho	Março/Novº.	Março/Novº.	Março/Novº.

Fonte: Inquérito local, Nisa, Maio de 1986

As oficinas dos oleiros, além de terem passado a ser um espaço destinado à aprendizagem da olaria, continuaram a ser um espaço de produção e de rendimento dos oleiros.

Traçado o cenário da situação, vai-se de seguida descrever e explicar o início da montagem e desenrolar da acção no terreno, que a partir de 26 de Maio admitiu ter novos actores para a reprodução de papéis iniciados há uns largos séculos, utilizando um método substitutivo ou alternativo do originário: oleiro por herança deu lugar a oleiro por opção ou alternativa.

Divulgou-se a ideia de "escolher" continuadores, utilizando um prospecto que visava atingir os que: (Ver Anexo II)

- Gostassem de aprender uma profissão com raízes e tradições locais.
- Pretendiam ter uma profissão que lhes garantisse estabilidade económica.
- Dignificar-se profissionalmente, frequentando um curso de formação prática.

Considerou-se o espaço de tempo de duração do curso de três anos para os oleiros e de dois anos para pedradeiras, em virtude de diálogos estabelecidos com os detentores desse saber empírico (oleiros e pedradeiras).

## QUADRO 4

Número de Candidatos à Escola de Olaria e seleccionados, por sexo e grupo etário

GRUPOS ETÁRIOS	CANDIDATOS		SELECCIONADOS	
	Sexo		Sexo	
	F	M	F	M
10-14	-	-	-	-
15-20	8	5	2	1
21-26	6	-	3	-
27-32	5	2	4	-
33-38	3	-	1	1
39-44	2	-	-	-
45-50	1	-	-	-
TOTAL..	25	7	9 $\chi$	2

Fonte: Dados colhidos pela Autora, Nisa, Maio 1986

Dos trinta e dois inscritos para a frequência do curso, vinte e cinco eram do sexo feminino (vinte e três das quais para a frequência do curso de formação de pedradeiras), e sete do sexo masculino, para a frequência do curso de formação de oleiros.

Como se pode verificar, o maior número de inscritos pertence ao sexo feminino, e embora os dados de que dispomos não sejam significativos em relação à Vila onde o presente estudo foi levado a efeito, contudo, permitem-nos constatar mais uma vez que as mulheres continuam a ser em maior escala, as mais atingidas pelo desemprego.

Na realidade social envolvente, o desemprego deve-se, sobretudo, ao facto de:

- a) O Concelho de Nisa ser um concelho predominantemente rural, caracterizado por uma agricultura de subsistência. Quando o trabalho assalariado se verifica, tem carácter sazonal.
- b) Haver praticamente ausência de indústrias e projectos de desenvolvimento de criação de empregos. As poucas "empresas" existentes são de tipo semi-familiar, é o caso das queijarias em Tolosa, Salsicharias em Alpalhão, artesanato têxtil em Nisa (sede) que emprega uma pequena parte da mão-de-obra disponível. A mão-de-obra masculina (não toda, pois o desemprego também se faz sentir) é canalizada, para a construção civil, alguma para os serviços e trabalhos eventuais que aparecem em determinadas épocas do ano.
- c) É entre os 15 e os 32 anos, para ambos os sexos, que se situam o maior número de inscritos, com maior incidência no primeiro grupo etário (15-20), o que se poderá depreender que a saída do sistema de ensino, após concluída a escolaridade básica obrigatória (maioria tem a 4ª. classe), aliada à falta de perspectivas de trabalho na região, e sendo os jo

vens sem qualificação os mais atingidos pelo flagelo social que é o desemprego, eis algumas das razões porque o maior número de candidatos à qualificação profissional em olaria são sobretudo jovens à procura do primeiro emprego, e adultos sem qualificação profissional.

Os dados relativos às inscrições femininas para a frequência do curso de formação de pedradeiras (das 25 mulheres inscritas só 2 se candidataram ao curso de formação de oleiros) remetem-nos para a questão da divisão técnica e sexual do trabalho. Pedrar é uma tarefa que desde sempre tem sido executada por mulheres, talvez por ser considerada um bordado e, como tal, de "exclusividade feminina", como refere Margarida Ribeiro - "Se o homem de Nisa modelou a matéria, destinando-a para um fim utilitário, a mulher foi a artista inspirada". E tendo sido no período neolítico, uma tarefa (pedrar) exclusivamente de mulheres, são elas e ainda alguns utensílios femininos que intervêm no seu acabamento e decoração (...)" (18)

Contudo, como se pode verificar neste caso concreto começa-se a assistir a uma "apropriação" por parte das mulheres, dum trabalho que desde sempre pertenceu ao homem (2 mulheres para oleiros), enquanto que o contrário não acontece. Quererá isto dizer que se está a começar a operar uma mudança na mentalidade da mulher nisense no desempenho de papéis sociais?

Apesar de existirem trinta e dois candidatos à Escola de Olaria, somente doze teriam entrada imediata na mesma (nove para o curso de formação de pedradeiras e três para o curso de formação de oleiros), pelas seguintes razões:

- Sendo o objectivo base da criação da Escola dar continuidade

(18) - Margarida Ribeiro, op. cit., pág. 4.



de à olaria pedrada, uma vez que estava em vias de extinção, considerou-se que doze era o número indicado para assegurar essa continuidade. Por outro lado, estando inerente à formação da Escola a criação de empregos, julgou-se importante perspectivar essa situação a médio prazo. A questão do desemprego ficaria minorada a curto prazo (no caso de aumentar o número de aprendizes), mas a médio e longo prazo poder-se-ia correr o risco de contribuir para a reprodução desse mesmo desemprego, na medida em que, presentemente, e apesar da crise com que se debate o artesanato, existe uma relação entre a oferta e a procura da loiça pedrada, mas no futuro, se não for devidamente definida uma "política local de artesanato", poderá deparar-se a situação inversa - excesso de mão-de-obra artesanal em relação ao mercado que o sustenta.

A selecção dos candidatos processou-se através de duas provas por eles efectuadas, constando a primeira de testes psicotécnicos, e a segunda de entrevista, orientadas de maneira a seleccionar dos concorrentes os doze mais vocacionados para a profissão.

Embora fosse considerado o factor de maior peso, houve contudo outros, que influíram na selecção, nomeadamente:

- Situação económica do agregado familiar do candidato;
- O ser jovem à procura do primeiro emprego;
- Espírito empresarial - manifestar determinação em querer montar a sua própria oficina após concluído o curso;
- Residir no Concelho durante o curso de formação e após concluído o mesmo.

Sendo a Escola de Olaria uma iniciativa local, vocacionada essencialmente para o desenvolvimento da zona onde se insere, como forma de aproveitar os recursos endógenos disponíveis, tanto materiais como o seu potencial humano, no desenvolvimento duma actividade com possibilidades de autosustentação económica, era contraproducente, nesta óptica, formar pessoal que não residisse no concelho de Nisa, assim como, após concluído o curso não aplicar o "diploma" naquilo em que realmente se formou.

Os oleiros não foram submetidos a provas selectivas, tendo cada um experiências e técnicas diferentes em olaria, o que constituiu motivo para que fossem necessárias e importantes as suas intervenções práticas na transmissão de saberes aos mais novos. O mesmo já não aconteceu em relação às pedradeiras, pois como a Escola apenas necessitava de duas para ministrar formação prática, houve que escolher dentro das existentes (quatro) as mais capacitadas para o ensino da decoração.

Assim, a selecção de mestras pedradeiras processou-se através duma prova essencialmente prática que constou de dois momentos. No primeiro, pretendeu-se que as candidatas desenhassem e pedrassem uma peça igual àquele que serviu de modelo, a fim de se avaliar a perfeição na reprodução da peça, tanto no desenho como no empedramento. No segundo momento, deu-se-lhes o tipo de empedramento (grosso) e a partir daí teriam que fazer a decoração da peça, desde o risco ao pedrar, para se poder, assim, avaliar a capacidade imaginativa de cada uma. O tempo dispendido nos dois momentos da prova funcionou como variável de controle. O júri nomeado, constituído por conhecedores da arte, seleccionou as duas mestras pedradeiras "mais capazes" para a ministração da formação prática no curso de formação de pedradeiras.

As questões estruturais, funcionais e operacionais da Escola foram estudadas conjuntamente com os seus elementos (antes do seu início de funcionamento), tais como:

- 1<sup>ª</sup>. Espaço físico da Escola - Provisoriamente nas oficinas dos oleiros
- 2<sup>ª</sup>. Disponibilidade de cada mestre à Escola - Quatro horas diárias, uma vez que a oficina continuava a ser um espaço de produção dos próprios oleiros.
- 3<sup>ª</sup>. Horário laboral dos Aprendizes - de Segunda a Sexta-Feira  
 Das 9 H - 12 H  
 13.30 H - 17.30 H
- 4<sup>ª</sup>. Distribuição dos Aprendizes pelas oficinas:

	Aprendizes de Oleiro	Aprendizes de Pedra deira
Of.do Mestre Zé Lopes (Caxeiro)	1	-
Of.do Mestre Piedade (Nisa)	1	-
Of.do Mestre Pequito (Nisa)	1 (19)	9 (20)

(19) - Sexo Feminino

(20) - Sob orientação da Mestra Pedradeira

Tal distribuição teve em atenção:

- A dimensão do espaço de cada oficina. A do Mestre Pequito reunia as condições mínimas para que os aprendizes e pedradeiras pudessem iniciar a sua formação prática;
- Personalidade dos formandos e formadores

5º. Subsídio aos Mestres formadores:

- Oleiros : 25 000\$00/mês
- Pedradeiras : 20 000\$00/mês

A atribuição do subsídio aos formadores teve em consideração:

- O grau de dificuldade de cada actividade
- O que ganhariam por conta própria se não dedicassem as quatro horas diárias à Escola.

6º. Subsídio aos Aprendizes, até ao final do ano corrente:

Aprendizes de Oleiro

Junho e Julho	-	7 500\$00
Agosto e Setembro	-	12 000\$00
Outubro, Novembro e Dezembro	-	15 600\$00

Aprendizes da Pedradeira

Junho e Julho	-	7 000\$00
---------------	---	-----------

Agosto e Setembro	-	8 610\$00
Outubro, Novembro e Dezembro	-	10 590\$00

A atribuição do subsídio aos Aprendizes da Escola de Olaria, segundo uma tabela progressiva, teve em conta o seguinte:

- a) À medida que vão avançando no curso, o subsídio se vá aproximando progressivamente do vencimento médio do Mestre, para que no final do curso a diferença entre eles não seja muito acentuada (os actuais Aprendizes serão futuros Mestres).
  - b) Incentivar o trabalho manual.
  - c) Prestigiar a actividade artesanal.
  - d) À medida que se sabe mais, vai-se recebendo mais.
  - e) A situação sócio-económica das pedradeiras por conta do Mestre.
- 7º. Transporte e alimentação aos elementos da Escola a residir fora do local de instalação das oficinas de olaria.
- 8º. Criação de condições mínimas nas oficinas para que a aprendizagem pudesse decorrer:

- a) Feitura de rodas para os aprendizes de oleiros.
- b) Feitura de mesas para a colocação dos instrumentos auxiliares na decoração das peças de olaria pelas aprendizes de pedreiras.
- c) Organização espacial de cada unidade.
- d) Assegurar a extracção e transporte da matéria-prima utilizada na Escola.

Na ausência de um programa específico de aprendizagem no projecto em referência, a transmissão de saberes práticos na Escola, teve lugar deixando ao critério dos detentores do saber empírico, a orientação pedagógica considerada pelos mesmos a mais adequada, juntamente com a colaboração diária nesse processo da coordenadora da acção.

Na existência de situações-problema, quer específicas a cada unidade, quer comuns a elas, utilizava-se o tipo de comunicação individual ou colectiva directa, dependendo da temática em causa, com o objectivo de debater e encontrar alternativas ao desequilíbrio funcional gerado. No caso de não ser possível dar-lhes solução imediata por falta de poderes de decisão (uma vez que a coordenadora era o elo de ligação entre a instituição organizadora e os receptores, e vice-versa), solicitava-se a intervenção dos detentores desses poderes.

Como em todos os sistemas e métodos de ensino praticados, há vários factores que intervêm no processo e resultado do produto final. No caso concreto da olaria foram, fundamentalmente:

- A metodologia utilizada
- As capacidades "pedagógicas dos transmissores de saberes"
- A vocação e dedicação dos receptores
- A colaboração recíproca entre ambas as partes
- A disposição e condições do espaço físico onde decorreu a acção
- A existência ou não dos meios adequados para a sua concretização
- A interferência de (des)motivações exteriores

No caso presente, e devido aos factores expostos, o resultado prático, passados cinco meses, em termos de produto final, foram diferentes em cada unidade, embora durante esse período de tempo tivessem tido lugar acções de monitoria de modo a fornecer informação aos responsáveis do projecto sobre o que estava realmente acontecendo. Esse tipo de avaliação permitiu verificar se os objectivos patentes na concepção do projecto estavam ou não a produzir os resultados pretendidos, e a que nível, com vista à introdução das alterações mais adequadas para que a acção pudesse continuar a ser a concretização do projecto.

Da combinação dos vários factores referidos e do peso de cada um na dinâmica do processo de aprendizagem em cada unidade, foi possível estabelecer uma escala de ordenação com a colaboração dos formadores, com o fim de confirmar o cumprimento dos objectivos estabelecidos inicialmente. Assim, segundo a sua opinião, os actuais formandos encontravam-se num processo evolutivo idêntico ao de eles próprios quando tinham um ano e meio de aprendizagem. Essa constatação revela uma mudança ao nível da transmissão de saberes, para a qual contribuíram factores de ordem cultural, so-

cial e económica, apesar da intervenção nesse processo da responsável da acção nomeadamente, na criação de mecanismos com vista à não reprodução estática do modelo de aprendizagem adquirido pelos formadores há algumas dezenas de anos .

Concluído um ciclo na actividade da Escola, um novo se afigurava, ou seja, a mudança de instalações (unificação da Escola num espaço único) acarretava consigo uma alteração no esquema de funcionamento e organização da Escola.

Os dois cursos (oleiros e pedradeiras), embora sendo complementares, apresentavam um desnível em termos de aprendizagem. Queremos com isto dizer que no primeiro a aquisição de conhecimentos é mais morosa e difícil, enquanto que no segundo esse processo é mais rápido, não podendo, assim, verificar-se uma complementariedade prática em termos de funções desempenhadas por ambos. Deste modo, as aprendizes de pedradeiras para prosseguirem a sua aprendizagem necessitam de peças produzidas pelos aprendizes de oleiros; estes, por sua vez, produzem-nas com o fim de serem acabadas pelas primeiras. Funcionalmente, e devido ao tal desnível evolutivo existente, essa complementariedade a curto prazo não tinha possibilidade de se tornar real.

Para que a Escola continuasse a ser um espaço funcional, houve que encontrar alternativas, e as hipóteses que se colocaram foram as seguintes:

- 1º. Cada peça de olaria seria executada conjuntamente pelo Mestre e Aprendiz.
- 2º. Cada Mestre teria na Escola funções específicas:



- a) Um produzia peças para as aprendizes de pedradeira.
- b) Outro dedicar-se-ia somente aos aprendizes de oleiro.
- c) O último produzia e ensinava.

Sendo o curso de formação de oleiros mais difícil, exigindo constantemente a presença dum Mestre, considerou-se importante destinar um que se dedicasse exclusivamente aos Aprendizes, sem a preocupação de produzir loiça para que as aprendizes de pedradeiras pudessem prosseguir a sua aprendizagem.

Só a partir do momento em que houver uma correspondência entre a loiça produzida pelos aprendizes de oleiro e a loiça que as aprendizes de pedradeiras necessitam para ornamentar é que a divisão das funções entre Mestres deixará de ter sentido, e aí o esquema de funcionamento terá que ser adequado à nova situação gerada.

Consultado o pessoal envolvido na Escola, em relação às hipóteses colocadas foram unânimes (doze) em considerar a primeira hipótese como improvável, devido ao curto espaço de tempo de assimilação da técnica de produção, pelos aprendizes de oleiro. A probabilidade de produzirem conjuntamente peças aceitáveis, era mínima. A segunda hipótese colocada foi considerada razoável e a mais apropriada, para ser colocada em prática. A distribuição de funções teve em conta: as características profissionais de cada Mestre, reveladas durante os cinco meses de actividade na Escola; a sua disponibilidade (todos eles possuem a sua própria oficina) e o factor idade.

As mestras pedradeiras teriam essencialmente as funções de:

- Coordenar e orientar o trabalho das aprendizes.
- Definir modelos (empedramento, risco)
- Controle de qualidade do trabalho efectuado, e de cada peça em si.

Não foi considerado importante estabelecer divisão de funções entre as duas Mestras pedradeiras, devido à interligação existente entre as diversas fases porque passa a aprendizagem das pedradeiras.

O horário semanal elaborado, para os mestres (oleiros e pedradeiros) resultante da conjugação dos vários factores que se teve em conta resultou no seguinte:

	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
8H 30M às 12H	José Lopes Pequito Joaquina	Piedade M <sup>ra</sup> .José	José Lopes Pequito Joaquina	Piedade M <sup>ra</sup> . José	José Lopes Pequito Joaquina
13H 30M às 17H	José Lopes M <sup>ra</sup> .José	Piedade M <sup>ra</sup> .José	José Lopes M <sup>ra</sup> .José	Piedade M <sup>ra</sup> .José	José Lopes Pequito Joaquina

Funções:

- |                   |                        |
|-------------------|------------------------|
| Mestre José Lopes | - Ensino de olaria     |
| Mestre Pequito    | - Produção de peças    |
| Mestra Piedade    | - Produção/ensino      |
| Mestra Joaquina   | - Ensino e coordenação |
| Mestra Maria José |                        |

Paralelamente à formação prática, considerou-se importante haver uma componente teórica no mesmo, inserida no domínio da profissão que estão realizando, tendo em conta o meio sócio-cultural no seu conteúdo, na sua forma, nas suas estruturas, com vista a torná-los conscientes do papel do indivíduo como fonte, agente e finalidade do desenvolvimento.

É importante que os actuais formandos possam ter um conhecimento mais alargado sobre:

- a) História e cultura local.
- b) Os recursos existentes, as formas de produção, os obstáculos no desenvolvimento local.
- c) Olaria como potencial factor de desenvolvimento local.
- d) O papel do associativismo no desenvolvimento local.
- e) Conhecimentos técnicos alargados, etc.
- f) Introdução de novos modelos.

Considerou-se importante favorecer ao longo do curso de formação, o espírito de autonomia e independência profissionais nos actuais formandos (já que a predisposição para tal é relativamente fraca), e que uma vez terminado o período de aprendizagem, estejam suficientemente preparados e conscientes para serem eles próprios os criadores do seu próprio emprego.

O artesanato puro e genuíno é uma ideia e não uma realidade. Preservar não significa fazer "ressuscitar o que está morto", mas antes promover o seu uso, tendo em conta a natureza, a situação e o estágio evolutivo do mesmo, adaptado económica e socialmente às exigências dos tempos de hoje.



O artesanato tem a sua própria história que também é evolução. Não tem apenas dois tempos: passado e presente, mas também futuro, e o seu futuro será talvez o do seu aproveitamento por uma sociedade cada vez menos rural.

O importante é que a sociedade rural que ainda existe e que continuará a existir seja instruída e formada de modo a não adorar os "fétiches" que um errado sentido do urbano e de moderno lhe transmite. O que se considera importante é que não compete à cidade influir nas características do produto, compete-lhe sim criar condições para que a sociedade rural possa continuar a prosseguir o seu modo de vida.

A introdução de novos modelos não implica necessariamente a perda da identidade cultural que o objeto carregava na sua origem. Refuncionalização do produto artesanal não conduz imperativamente a sua descaracterização.

Enquanto o objectivo da Escola de Olaria continuar a ser o de proporcionar o acesso a uma profissão digna, garantia de auto-sustentação económica, no domínio de uma actividade em vias de extinção, não tem sentido separar aspectos de ordem cultural, dos aspectos de ordem económica, mas antes criar mecanismos concretos que favoreçam a sua complementaridade.

## CAPÍTULO III

## A TEORIA

O conhecimento teórico é dum modo geral insuficiente quando confrontado com as realidades concretas da vida social e a Sociologia não é excepção a esta constatação.

Ao enfrontarmos pela primeira vez a "Vila", poderíamos supor que alguns instrumentos conceptuais adquiridos durante a formação universitária, seriam bastantes para fazer uma leitura correcta da aparente homogeneidade da unidade de estudo. As primeiras experiências de campo demonstraram que a situação era bem diversa: nem a teoria era a "varinha de condão", nem a realidade era homogénea.

É certo que qualquer ciência de âmbito social pode funcionalmente ser dividida em duas componentes: a teórica e a prática. Interessa por isso neste momento especificar a complexidade da relação entre a Sociologia Teórica e a Sociologia Aplicada.

"Quer a investigação pura, quer a aplicada, resultam num produto destinado a um fim. O produto de primeira é, idealmente a teoria - hipótese e generalização - acerca da sociedade, cultura e comportamento humano" (21).

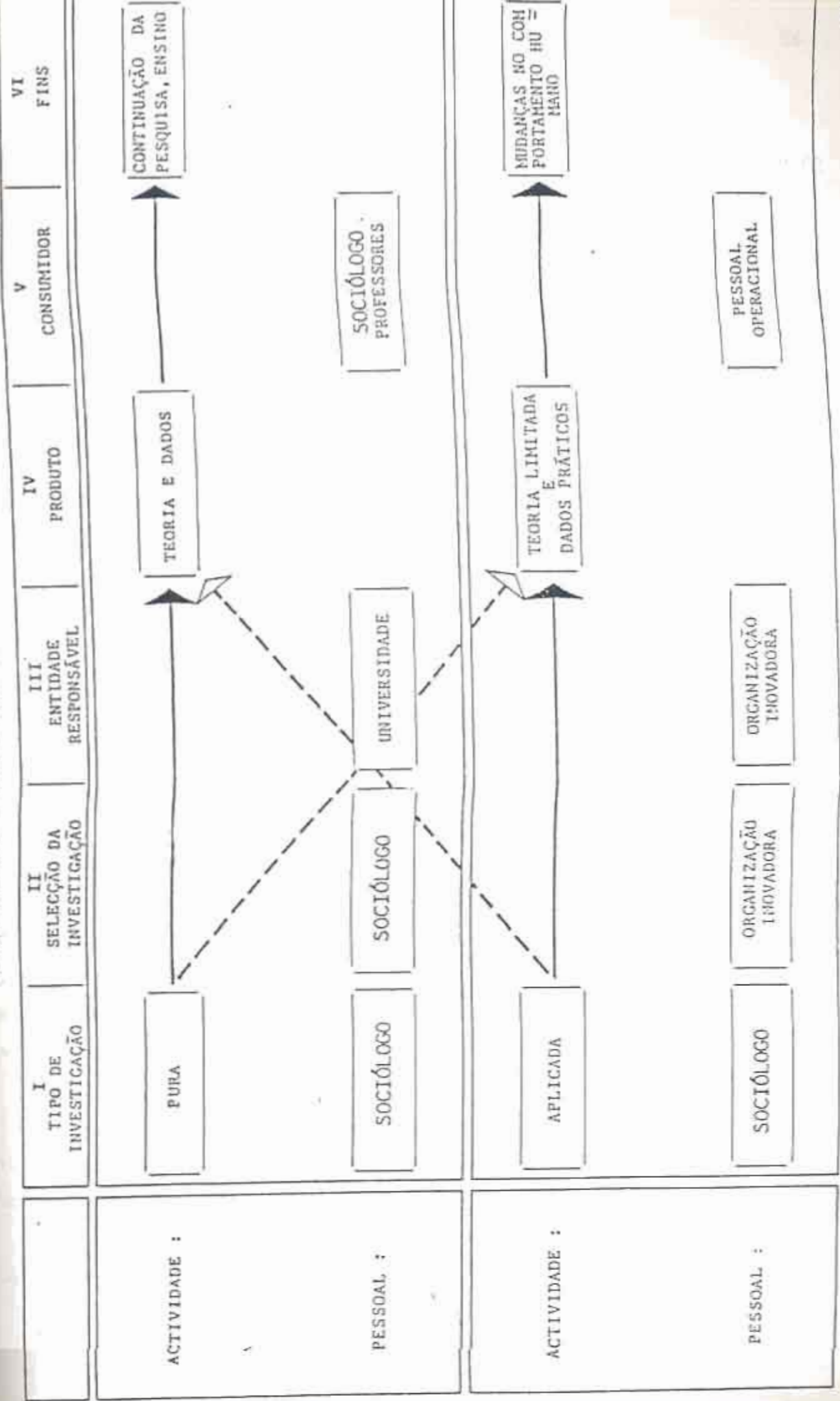
Na realidade, a investigação pura deve gerar ideias, saberes, e conjecturas que com os dados simultaneamente adquiridos facilitem a interpretação teórica do objecto social sob análise. O produto de investigação aplicada "é constituído por ideias, conhecimentos, compreensão e dados orientados para o planeamento e execução de programas específicos" (22). Ou

(21) - Francisco Martins Ramos, A Antropologia aplicada ao Desenvolvimento e a Perspectiva da Extensão Rural, Évora, 1985, pág. 10.

(22) - Ibidem.

seja, o fim básico da Sociologia aplicada é a obtenção de diversos tipos de mudanças no comportamento humano. Veja-se como adequando o modelo de Foster se pode dar uma imagem explicativa entre a Sociologia pura e a Sociologia aplicada, numa sequência não linear, dadas as inter-relações entre ambas.

TEORIA VERSUS INVESTIGAÇÃO APLICADA: SOCIOLOGIA



Como se pode verificar através do modelo de Foster, a diferença entre a Sociologia pura e a Sociologia aplicada não está propriamente no tipo de investigação (pura ou aplicada) dado que em ambos os tipos o Sociólogo poderá utilizar os mesmos conceitos, a mesma metodologia e o mesmo rigor.

A primeira divergência surge quando analisamos a selecção de pesquisa (Coluna II). Em Sociologia pura é geralmente o sociólogo quem selecciona o tema. Em investigação aplicada a organização inovadora preocupada com a resolução de problemas básicos selecciona geralmente o problema e dá normalmente ênfase aos fins que persegue. O sociólogo ao aceitar emprego numa instituição (empresa, fundação, associação, estado, etc.), cujos objectivos primários não são puramente científicos, compromete-se, ele próprio, pelo menos parcialmente com os valores e os fins dessa instituição.

Uma outra diferença residirá no produto da pesquisa, na sua forma de apresentação e nos modos de utilização. Enquanto que o produto da investigação básica é a ciência no sentido de novos dados, novas hipóteses, novas leis, teorias ou perspectivas, produto esse dirigido a um círculo restrito de especialistas, o resultado da investigação aplicada é, sem dúvida mais variado. Assim, os resultados das investigações de Sociologia aplicada, ao mesmo tempo que incluem uma larga componente teórica, abarcam experiências e conhecimentos orientados para a solução do problema que se decidiu superar (23).

O sociólogo prático é aquele que em ligação funcional com uma organização, não necessariamente académica, persegue os fins descritos e tenta operar as mudanças necessárias.

(23) - Idem, pág. 12 e 13.



A actuação da relatora em Nisa, pretendeu seguir tais parâmetros, devidamente salvaguardada a ambição do "projecto".

Tal como Foster e outros autores, pensamos que o produto da sociologia aplicada constitui um corpo de conhecimentos e dados práticos de utilidade indiscutível para "experiências semelhantes".

O percurso prático de Nisa permite-nos elaborar uma série de princípios e regras numa perspectiva pragmática para a superação de obstáculos. Debruçar-nos-emos seguidamente sobre os princípios que consideramos mais relevantes:

- 1 - Uma instituição com escassos quadros técnicos é ineficaz na resolução de problemas sociais. Sem discutir a competência técnica dos limitados recursos humanos disponíveis, o que é certo é que tais profissionais são sociologicamente analfabetos. Não se deseja isso, nem que os sociólogos sejam tecnicamente ignorantes.

"A mudança planeada através da Injecção financeira, necessita do conhecimento sócio-cultural; é fundamental conceber planos prepositadamente sociais" (24).

- 2 - Os fins duma instituição (não académica) não são necessariamente de natureza científica. O cientista social, deve estar alertado para esta situação e por isso deve fazer parte activa e integrante da equipa de planeamento dos projectos.

(24) - Idem, pág. 37.

- 3 - Na linha do pensamento do ponto anterior, deve ter-se em consideração que trabalhar para uma autorquia pode ser limitativo do ponto de vista da investigação (disfuncionalidade das instituições).
- 4 - Apesar dos inconvenientes referidos o sociólogo encontra-se na posição privilegiada de estabelecer a ligação operacional e funcional entre a organização inovadora e os re-ceptores do processo, actuando como veículo de "feed-back" nos dois sentidos. (Ver anexo I e III)
- 5 - O cientista social deve estar perfeitamente integrado no contexto sócio cultural do meio, por razões óbvias que se torna desnecessário dissecar. Chama-se no entanto a aten-ção para experiências negativas de "acessores de fim de semana" e técnicos em part-time.
- 6 - É importante que na concepção dos projectos desta índole se tenha em consideração a existência de infra-estruturas para que a implementação se possa operar.
- 7 - Em sequência à questão anterior, a criação de condições (no caso de serem inexistentes) deve ser anterior à imple-mentação no terreno, de modo a evitar situações de impro-viso.
- 8 - O êxito de qualquer projecto de desenvolvimento passa pri-meiro por uma definição clara dos objectivos a atingir e das etapas conducentes a sua realização.

- 9 - Em termos de avaliação de projectos semelhantes só se antevê uma solução: Comparar projectos onde a componente sociológica esteve presente desde a concepção, execução e implementação, com projectos em que a componente sociológica foi inexistente.
- 10 - Em projectos semelhantes torna-se fundamental a utilização de métodos avaliativos. Nesse campo a monitoria é uma peça fundamental da prática, tendo em vista correcções e alterações aos projectos e aos processos de aprendizagem.
- 11 - É importante que no processo de tomada de decisões políticas a nível local, sejam considerados essenciais os interesses e as necessidades sentidas pelos receptores do processo. Pensa-se portanto que trabalhos deste tipo, possam ser úteis para uma melhor adequação entre as citadas necessidades e os projectos a implementar.

## REMATE

O presente trabalho é resultante de uma experiência de cariz sociológico que se julga "inovadora" a vários níveis:

- Para além de permitir a satisfação de interesses académicos, proporcionou a prestação de um serviço a uma entidade empregadora (inovadora) que, preocupada com a resolução de problemas práticos, recorre à intervenção do contributo sociológico numa perspectiva pragmática na superação dos mesmos problemas.

- Demonstra ainda uma atitude de abertura a futuros profissionais da Sociologia, que reflecte uma potencial aceitação de "Técnicos" da área das Ciências Sociais, o que é efectivamente inovador.

- Confirma a necessidade, o interesse e a valia do contributo sociológico no processo de tomada de decisões que integra a problemática do desenvolvimento local.

- Uma utilização racional de verbas do Fundo Social Europeu, permitiu o início dum processo de aprendizagem reprodutor de uma actividade profissional em vias de extinção, na perspectiva de viabilidade económica da mesma.

O processo de aprendizagem não deverá ser uma encenação de fachada, daí que os cursos concebidos tenham a duração de três e dois anos, o que permite uma formação básica que ultrapassa a condição de aprendiz de "curso intensivo" e elimina o anátema de aprendiz por toda a vida.

Houve a preocupação de evitar a reprodução estática dos modelos

de aprendizagem adquiridos pelos mestres oleiros. A intervenção da coordenadora orientou-se no sentido, de alguns saltos qualitativos que evitassem a perpetuação de um processo de aprendizagem moroso.

Realça-se a importância que no processo de aprendizagem, a formação e a informação dos aprendizes pode desempenhar para um melhor conhecimento de aspectos técnicos da profissão, práticas associativas, problemática do desenvolvimento local, etc. com o objectivo de fomentar a expressão e o desenvolvimento da personalidade social, no contexto local que é o "seu".

- Pretendeu-se que ao longo da acção, os receptores participassem activamente nas várias fases do processo, tanto ao nível da informação, da discussão dos objectivos e vantagens, como ao nível das decisões a tomar. Ninguém melhor que os próprios interessados estaria em condições de fornecer os dados necessários para a fixação e concretização dos fins a atingir. Avaliar os resultados dessa participação seria demasiado prematuro, devido ao curto espaço de tempo da acção, na medida em que os efeitos da participação actuam basicamente ao nível da sua personalidade social, que só a longo prazo na melhor das hipóteses poderão produzir resultados.

Para que os objectivos da participação sejam atingidos, além de constituir um processo orientado pela via da formação e demonstração, é necessário que os receptores estejam motivados e sintam que existe uma correspondência entre a participação e as suas necessidades, no decorrer do processo.

Convém mencionar que determinadas referências sociológicas adquiridas no decorrer da formação universitária, ganharam forma e consistência quando nos confrontamos com situações concretas da realidade local, particularmente no processo de formação e implementação da Escola de Olaria de Nisa.

É evidente que o conhecimento teórico e o conhecimento pela experiência, consubstanciados no projecto da Escola de Olaria de Nisa são factores que se interligam e se completam. A prática quotidiana de intervenção no processo é disso testemunho. Realça-se, contudo, que ao cientista social, mais do que analisar e explicar determinadas ocorrências e suas conseqüentes repercussões no desenvolvimento local, cabe-lhe também intervir, desencadeando mecanismos e acções que conduzam à evolução da realidade local onde está inserido.

Em termos conclusivos outras considerações se nos oferecem. Pensamos que os objectivos (duplos, se quisermos) do presente trabalho foram amplamente alcançados. Deu-se satisfação à necessidade académica da concretização de um trabalho de fim de curso, prestou-se um serviço à entidade empregadora e acima de tudo participou-se activamente nalgumas fases do processo de tomada de decisões e na transformação do projecto em realidade.

Uma outra questão essencial, colocada como objectivo primordial do presente estudo foi também atingida: a prática do trabalho de campo gera princípios e orientações que informam a teoria das Ciências Sociais. Disso demos a devida nota quando se tornou oportuno (ver especialmente pg. 57).

O projecto da Escola de Olaria de Nisa é uma acção que não termina aqui. Ela prolonga-se no tempo e perspectiva-se na comunidade. Há, aliás, aspectos que no presente trabalho não foram afluídos mas que devem merecer dos responsáveis a devida atenção. A viabilidade económica do actual projecto é um facto porque se baseia em verbas do Fundo Social Europeu. Mas o horizonte do projecto é muito mais alargado e torna-se imperioso não esquecer o processo de comercialização do produto em causa. Mais do que produzir elementos da cultura material directamente para as salas dos museus, mais do que tornar folclóricos os saberes tradicionais, interessa compatibilizar a Cultura com a Economia. Interessa pois rentabilizar o Projecto da Escola de Olaria de Nisa, evitando que se produzam artesãos capazes, orientados para o vazio do desemprego. Daí pensarmos que, apesar de correcções e monitorias, ajustamentos e adaptações, a prova cabal da utilidade, importância e significado da presente acção só possa ser dada se a olaria se desenvolver e se se evitar a sua extinção em Nisa. O nosso empenho neste período inicial acicuta a nossa curiosidade futura.

## BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Maria Amélia, ANTUNES, Maria da Graça e CAETANO, Vasco, Introdução ao Estudo Sociológico do Mundo Rural Português, Coleção Estudos, Serviço de Informação Científica e Técnica do Ministério do Trabalho, Lisboa, 1981.
- ANTUNES, Maria da Graça M. Roque, Participação e Desenvolvimento do Mundo Rural, Coleção Estudos, Serviço de Informação Científica e Técnica do Ministério do Trabalho, Lisboa, 1981.
- BOURDON, R., Os Métodos em Sociologia, Ed. Rolim.
- CARTAXO, Duran e Helena Lemos, O Artesanato em vias de extinção, Lisboa, 1986.
- ECO, Humberto, Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas, 2ª. edição, Editorial Presença, Lisboa, 1982.
- FERREIRA, José M. Cobre, Artesanato, Cultura e Desenvolvimento Regional, um estudo de campo e três ensaios breves, coleção temas portugueses, Ed. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1983.
- FOSTER, David, Applied Anthropology, Boston, Little Brown and Co. 1969.
- GAZENEUVE, J. e Victoroff, D., Dicionário de Sociologia, Ed. Verbo, Lisboa, 1982.
- PARALTA, Maria de Lurdes Seabra de Mascarenhas, Memorial em verso da notável Vila de Nisa, sua história, gentes, usos e costumes, Nisa, 1982.
- PARVAUX, Solange, La Ceramique Populaire du Haut Alentejo, PUF, Paris, 1968.
- RAMOS, Francisco Martins, A Antropologia Aplicada ao Desenvolvimento e A Perspectiva da Extensão Rural, U.E., 1985 (pol.)



RIBEIRO, Margarida, Cerâmica Popular de Nisa, publicada em La Revista De Dialectologia y Tradiciones Populares, Tomo XVII, 1961, Cuaderno 4º, Madrid.

SILVA, Augusto da, Sociologia Geral, Évora, 1979.

SOMMIER, M. Gilbert, Temas de Artesania, Ministerio de Industria y Energia, Madrid, 1984.



C.C.R.A., Programa integrado de Desenvolvimento Regional da Zona Norte Alentejana, Évora, 1986.

C.C.R.A., Projecto de Desenvolvimento Regional, Distrito de Portalegre.

C.M.N., Projecto da Escola de Olaria de Nisa, 1985.

Recenseamentos da População Portuguesa, 1950, 1960, 1970 e 1981, I.N.E., Lisboa.

ANEXOS

## ANEXO I

### ESCOLA DE OLARIA - TRÊS MESES DEPOIS

Em linguagem sociológica a Escola de Olaria poderá vir a ser considerada um grupo primário, perceptível, estruturado e permanente, em que os elementos estejam em interrelação, desempenhando funções, interesses e valores sociais para a prossecução de objectivos comuns.

Utilizou-se a expressão "pode vir a ser" e não "é", porque para isso teria que se verificar simultaneamente três condições:

- Interação entre todos os elementos do grupo
- Carácter permanente das relações
- Proximidade física de todos os elementos

Devido a condicionalismos de vária ordem, principalmente a falta de instalações adequadas (imprescindíveis a um bom funcionamento, quer se trate duma instituição; duma associação, quer seja um grupo) a Escola de Olaria com três meses de existência, tem-se defrontado com uma série de problemas, que apesar do contacto directo e contínuo com as três oficinas uns tem resultados imediatos, outros resumem-se numa tentativa de os minorar, já que a resolução dos mesmos passa primeiro por uma alteração das estruturas internas.

Fazendo uma descrição suscinta (já que o balanço é prematuro) sobre a actividade da Escola de Olaria durante estes três meses, poder-se-á

começar por referir o ponto da situação em termos de aprendizagem realizada, já que um dos objectivos reais da Escola de Olaria é por um lado a transmissão de saberes práticos, e por outro o adquirir e o interiorizar desses saberes.

Generalizando, poder-se-á afirmar que a evolução na aprendizagem tem sido real; como em todos os sistemas e métodos de ensino praticados, verifica-se diferenças, algumas acentuadas entre os vários elementos que constituem o grupo, embora o método utilizado por cada mestre, a vocação e a dedicação de cada aprendiz explique parcialmente as diferenças em termos da evolução de cada um.

Considero desnecessário abordar individualmente essa evolução, já que o objectivo deste pequeno apontamento é fornecer uma panorâmica geral, sobre a actividade da Escola, e pormenorizar cada caso, conduziria a uma análise muito exaustiva dos aspectos e condições psico-sociais, motivadores e explicativos do processo em causa.

É importante referir que segundo a opinião dos mestres oleiros os actuais aprendizes de oleiros com três meses de aprendizagem estão num processo de evolução idêntica aquando eles tinham um ano e meio de aprendizagem. Tal afirmação é elucidativa do que se disse atrás, embora considere que nalguns casos, se as condições actuais de funcionamento fossem as previstas, tal evolução seria menos diferencial, e supostamente ainda mais rápida.

É difícil distinguir os problemas subjacentes à aprendizagem realizada dos que se prendem com o funcionamento e organização da escola, porque embora uns sejam causa e outros efeito; acabam por interligar-se, contudo, o problema que tem tido maiores consequências e que se tem reflec-

tido na aprendizagem, particularmente sido alvo de descontentamento para alguns, prejudicando inclusive a imagem da Escola, é o facto dos aprendizes estarem distribuídos pelas oficinas dos oleiros numa forma não equitativa, agravada pelos problemas que essa situação tem levantando. Suprir o(s) hiato(s) gerado(s), nas condições existentes actualmente seria proporcionar o desencadear doutros; e no fim de ponderar a situação optou-se por manter-lhe os alicerces actuando basicamente na criação de mecanismos de controle.

Convém referir que a "observação participante" \* tem permitido estar "em cima" do acontecimento e que a intervenção em situações problema têm sido essencialmente as reuniões gerais, parciais e (ou) particulares, conforme a temática, além do contacto diário com as oficinas em que as questões pontuais surgidas no caso de não ser possível dar-lhes solução imediata, por falta de poderes de decisão, tem-se solicitado a colaboração dos que têm condições e poder para tal.

Além das questões de funcionamento interno há outras que embora não estejam "directamente" ligados, constituem porém meios indispensáveis para que a Escola continue a ser um espaço funcional, e que por razões de ordem cultural e social que se reflectem e determinam a actuação dos sujeitos envolventes, o resultado nem sempre é o pretendido. Referir causas, porquês não acrescentaria nada de novo ao que se tem escrito e dito acerca do assunto além de não constituir objecto do presente apontamento

Apesar de tudo a Escola de Olaria tem funcionado, e embora ainda não se possa afirmar que a olaria pedrada está assegurada nas próximas décadas, (ideia base na criação da Escola de Olaria) em virtude do escasso tempo de actividade da mesma, contudo se houver uma política devidamente orientada e de apoio aos que nela intervêm, tanto no que concerne a for-

\* Técnica de investigação utilizada pela sociologia em trabalhos de campo.

14

mação profissional em si, como aos aspectos materiais, passado pelos aspectos organizacionais etc. etc. Simultaneamente a orientação dessa política tem que ter em conta uma questão que é fundamental: que ao longo do curso de formação vise favorecer o espírito de autonomia e independência profissional nos actuais formandos, já que a predisposição para tal é relativamente fraca, e uma vez terminada a aprendizagem, estejam suficientemente preparados e conscientes da sua importância, para que possam ser eles, os criadores do seu próprio emprego, sem terem assim que recorrer a uma entidade empregadora, (atitude muito frequente e enraizada no espírito do português).

Embora a evolução das "mentalidades" seja a menos rápida de todas as evoluções, constitui porém a base do progresso, quer seja duma comunidade, quer duma região, quer da sociedade em geral, e é indo à raiz do problema e actuando nesse sentido, que a estagnação deixa de ser característica das sociedades tradicionais, (tradição não significa estagnação) mesmo que só a longo prazo os efeitos desse investimento comecem a produzir resultados.

A coordenadora da Escola de Olaria

*Henriette de Sousa Duarte Branco*

Nisa, 9 de Setembro de 1986

NOTA: Relatório solicitado pela Autarquia sobre a actividade da Escola de Olaria

# ESCOLA DE OLARIA

# NISENSI

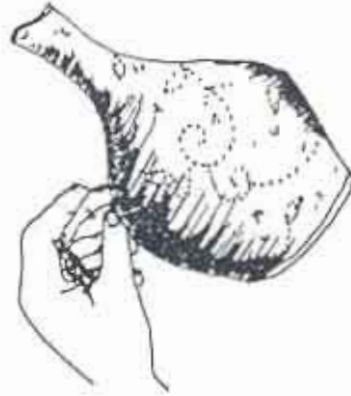
GOSTARIAS FAZER DA OLARIA A TUA  
PROFISSÃO?

ENTÃO Se tens entre 14 e 25 anos

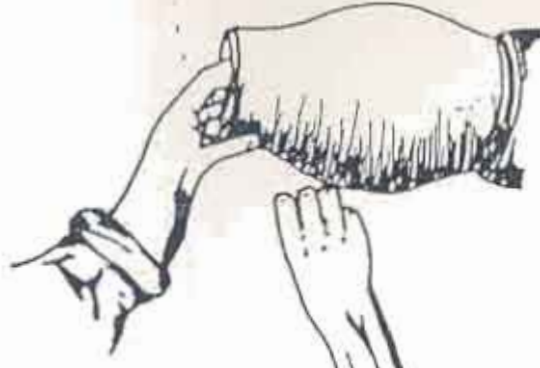
FREQUENTA O CURSO DE FORMAÇÃO

DE

OU  
Pedraadeiras



Oleiros



ANEXO 11

INSCRIÇÃO ATÉ 1 DE SETEMBRO NA SEDE

DA JUNTA DE FREGUESIA DO

ESPIRITO SANTO

DAS 9h-12h30m



C.M.N. 4

## ANEXO III

PARECER SOBRE A CARTA DATADA DE 20/10/86 (solicitado pela  
Autarquia)

O assunto em causa, é bastante delicado e discutível e qualquer tomada de decisão face ao conteúdo exposto, corre o risco de ser subjectivamente incorrecta porque quando se fala e discute acerca de questões de artesanato as várias perspectivas de abordagem nem sempre são compatíveis e complementares ou conducentes à definição duma política de artesanato. 'Se é muito significativo o valor cultural do artesanato, não se pode pretender que ele tenha um papel de vanguarda no arranque e sustentação do desenvolvimento económico das zonas onde se exerce. Por outro lado, se ficar comprometida a sua identidade cultural, o produto artesanal converte-se numa mercadoria que em muitos casos começa a responder a um gesto médio que não corresponde à alma de ninguém, ao mesmo tempo que deixa de ser a expressão de uma personalidade, duma gente duma terra. O homem poderá subsistir e até enriquecer, mas como fabricante de uns produtos que a certa altura já não têm identidade nem raízes, facilmente desviáveis para centros industriais e urbanos que proporcionem menores custos e mais elevados rendimentos. "

A Escola de Olaria ao receber estagiários, vindos dos mais diversos pontos do País, não correrá o risco de contribuir para a antecipação desse risco? Ou será que se pode impedir? E por quanto tempo? O que se considera importante e necessário, como forma de salvaguardar(?) o carácter simbólico e ao mesmo tempo económico da Olaria, mesmo que outros aprendam (é lírico pensar que não), é a criação dum selo de garantia de



qualidade da loiça produzida na Escola.

Os seus elementos poderão vir a "ganhar" em termos evolutivos, com a vinda de estagiários pelo facto de lhes possibilitar uma maior abertura advinda pelo inter-câmbio cultural que essas situações geram, assim como o prestígio que a escola poderá a vir a adquirir.

Admitindo portanto que a escola está a partida aberta para receber estagiários há primeiro que tudo definir determinadas condições:

- Duração mínima e máxima de cada estágio
- Tipo de pessoas que poderão estagiar
- Em que condições?
- Etc. etc. etc.

Assim e em traços muito gerais embora possa ser discutível proponho que:

- A Escola venha a receber estagiários a partir do momento que
  - a) a unificação da escola seja real
  - b) esteja em pleno funcionamento
  - c) criar medidas de salvaguarda do artesanato como por ex. "selo de garantia de qualidade"
  - d) estágios não superiores a 3 meses
  - e) aceitar um estagiário de cada vez, de modo a não prejudicar a aprendizagem que tem vindo a ser levada a cabo.
  - f) que as questões materiais sejam suportadas pelos estagiários, já que a escola lhes proporciona adquirir conhecimentos

- g) Consultar sempre os elementos da escola para se pronunciarem  
àcerca dessas situações
- h) etc. etc. etc.

A Coordenadora da Escola de Olaria

*faça o Fátima Barata Branco*

Maria de Fátima Barata Branco

## INDICE

	Pág
INTRODUÇÃO . . . . .	6
Capítulo I - A VILA	
a) Enquadramento histórico-geográfico e breve caracterização social . . . . .	11
b) A actividade artesanal . . . . .	17
c) A olaria em Nisa . . . . .	21
Capítulo II - O PROJECTO E A ACÇÃO . . . . .	32
Capítulo III - A TEORIA . . . . .	50
REMATE . . . . .	60
Bibliografia . . . . .	64
Anexos . . . . .	66